

# Mais um banco põe o Brasil na conta de prejuízo

Subiu para sete o número de bancos norte-americanos que lançaram na conta de eventuais prejuízos os juros devidos e não pagos pelo Brasil. A lista cresceu com o American Express Bank e a First Chicago Corporation. Os anteriores eram o Chemical Bank, o Mellon, Bankamerica, J.P. Morgan e Manufacturers Hannover.

Pelo novo sistema contábil desses bancos, a parte dos empréstimos (que totalizam US\$ 1 bilhão) que deixou de render juros como consequência da moratória só é registrada no ato da cobrança, não na data do vencimento. A operação trará este efeito, já no primeiro trimestre de 1987: os lucros do Chemical cairão US\$ 12 milhões, os do

American Express US\$ 7 milhões, os do First Chicago US\$ 4,7 milhões e os do Mellon US\$ 50 milhões.

Uma atitude de espera em relação ao programa de novos empréstimos ao Brasil foi adotada pelo Banco Mundial, disse ontem James Conrow, subsecretário do Tesouro dos EUA para os países em vias de desenvolvimento. Falando à subcomissão de Bancos da Câmara dos Deputados, Conrow adiantou que o Banco Mundial aguarda o êxito das conversações entre o Brasil e seus credores para conceder novos empréstimos ao País.

A crise da dívida brasileira e latino-americana ocorre num clima desfavorável, opina Norberto

Svarzman, da UPI. Lembra que em recente debate sobre a dívida externa, na ONU, o Peru demonstrou que os países em desenvolvimento transferiram anualmente US\$ 100 bilhões para os países ricos por causa da queda dos preços das matérias-primas (entre as quais o petróleo), mais US\$ 54 bilhões pelo pagamento da dívida e US\$ 13 bilhões a título de dividendos, serviços e direitos.

Os países em desenvolvimento aplicaram grandes esforços para aumentar as exportações ao mesmo tempo em que restringiam suas importações mas o sacrifício não foi compensado, diz um relatório do Departamento de Assuntos Econômicos da ONU.

"A queda dos preços das matérias-primas desde 1980, aliada ao crescimento lento do volume do comércio internacional, dificultou muito a volta dos balanços de pagamentos a bases firmes", assinalou o documento apontando ainda que a situação se agrava com os juros altos e com a redução dos créditos, oficiais e privados.

Svarzman lembra que, pela Declaração de Cartagena (junho de 1984), os credores e devedores são responsáveis pela dívida, havendo portanto a necessidade do diálogo político que leve a soluções definitivas e duradouras, à distribuição equitativa dos custos do ajuste e ao reconhecimento da relação que existe entre dívida e comércio.